



Ministério de Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) - MENOR PREÇO

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES DE PONTES COM CABECEIRAS MODULARES DO TIPO PROTENDIDAS EM BLOCOS DE CONCRETO E TRANSPOSIÇÃO MODULARES MISTAS EM MUNICÍPIOS MARANHENSES NO ÂMBITO DA 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, NO ESTADO DO MARANHÃO.

FEV/2021



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3.	REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.	5
4.	LOCALIZAÇÃO DO OBJETO	6
5.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.....	12
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	12
7.	PROPOSTA.....	13
8.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	15
9.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17
10.	PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA	18
11.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	18
12.	REAJUSTAMENTO.....	19
13.	FISCALIZAÇÃO.....	20
14.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	22
15.	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.....	23
16.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	23
17.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	26
18.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	31
19.	CONDIÇÕES GERAIS	31
20.	ANEXOS.....	31



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Execução de 55 (cinquenta e cinco) pontes com cabeceiras modulares do tipo protendidas em blocos de concreto e transposição modulares mistas, em municípios diversos localizados na área de atuação da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado do Maranhão, conforme quantitativos estimados na planilha de estimativa de custos (Anexo VI).

- LOTE 01: Superestrutura Transposição 10,00 x 4,50 m: 11 (onze) transposições;
- LOTE 02: Superestrutura Transposição 12,00 x 4,50 m: 11 (onze) transposições;
- LOTE 03: Superestrutura Transposição 15,00 x 4,50 m: 11 (onze) transposições;
- LOTE 04: Superestrutura Transposição 18,00 x 4,50 m: 11 (onze) transposições;
- LOTE 05: Superestrutura Transposição 24,00 x 4,50 m: 11 (onze) transposições;
- LOTE 06: Infra e Mesoestrutura, Alas e Encontros com dimensões variadas: 55 (cinquenta e cinco) cabeceiras biapoiadas.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com o objeto da contratação acima solicitado, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

ÁREA DA 8ª SR – Unidade da administração superior da Codevasf, a qual está afeta as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.

CANTEIRO (AREA SOBRE A CONSTRUÇÃO) – Local onde serão implantadas as estruturas fixas e/ou móveis do empreiteiro, com vistas a apoiar suas atividades de execução das obras e/ou serviços de engenharia. Nestas estruturas estarão incluídas as instalações para as equipes de apoio e eventualmente do pessoal de acompanhamento e controle da Codevasf.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília/DF. Como responsável pelo acompanhamento dos presentes serviços está a 8ª Superintendência Regional da Codevasf, que se localiza na Avenida Alexandre de Moura, 25 - Centro, São Luís / MA.

COMO CONSTRUÍDO (AS BUILT) – É a definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução da obra e ou dos serviços de engenharia, como desenhos, listas, planilhas, etc.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução do objeto.

CONTRATO – Documento, subscrito pela Codevasf e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos no Termo de Referência.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preço da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto. São partes integrantes das especificações técnicas:

- a) Generalidades - incluem o objetivo, identificação da obra e/ou serviço, regime de execução da obra, fiscalização, recebimento da obra/serviço, modificações de projeto e classificação dos serviços. Havendo caderno de encargos, este englobará quase todos estes aspectos.
- b) Especificação dos materiais - pode ser escrito de duas formas: genérica (aplicável a qualquer obra) ou específica (relacionando apenas os materiais a serem usados na obra em questão).
- c) Discriminação dos serviços - especifica como devem ser executados os serviços, indicando traços de argamassa, método de assentamento, forma de corte de peças, etc.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da Codevasf indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

OBRAS E/OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA – São todas as atividades relativas à execução das obras e/ou serviços de engenharia civis, de construção, reforma, recuperação ou ampliação de bem imóvel.

PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DA PROPOSTA DO LICITANTE – Representa o produto do somatório do preço do Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto que se pretende contratar.

PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA – Representa o produto do somatório do preço de referência da Codevasf de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.

PLANO DE TRABALHO – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DA OBRA (PGAO) – Consiste numa ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de construção de obras e/ou serviços de engenharia, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na Área Diretamente Afetada – ADA da obra. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental da obra.

Como objetivos específicos:

- a) Executar a obra/serviço de engenharia de forma a evitar, controlar e/ou mitigar os impactos ambientais associados;
Estabelecer diretrizes que zelem pela melhor qualidade ambiental possível da água, solo, ar, fauna e flora;
- b) Executar trabalhos de educação ambiental junto aos operários da obra;



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- c) Evitar interferências negativas, das atividades na obra e dos seus colaboradores sobre o meio ambiente.

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – É o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custos pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato. (Definição Decreto 3.555/2000)

PROJETO BÁSICO – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras e/ou serviços de engenharia ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e/ou serviços de engenharia e a montagem;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

PROJETO EXECUTIVO – É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra e/ou do serviço, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

PROPOSTA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

REUNIÃO DE PARTIDA – Reunião com as partes envolvidas, Codevasf e CONTRATADA, onde se definem todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras e/ou serviços de engenharia.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em São Luís/MA, em cuja jurisdição territorial localizam-se os serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.

3. REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

3.1. **Regime de Contratação:** Semi-integrada. Conforme Art. 4, inciso V da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

3.2. **Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário.

3.3. **Valor estimado:** R\$ 34.905.384,56 (Trinta e quatro milhões e novecentos e cinco mil e trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) com data-base de julho de 2020, conforme descrito nos lotes abaixo.


Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- a) Lote 01 – Superestrutura Transposição 10,00 x 4,50 m: **R\$ 2.072.523,37 (Dois milhões e setenta e dois mil e quinhentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos)**, para o total de 11 (onze) transposições a preço unitário de R\$ 188.411,22;
- b) Lote 02 – Superestrutura Transposição 12,00 x 4,50 m: **R\$ 2.614.284,63 (Dois milhões e seiscentos e quatorze mil e duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos)**, para o total de 11 (onze) transposições a preço unitário de R\$ 237.662,24;
- c) Lote 03 – Superestrutura Transposição 15,00 x 4,50 m: **R\$ 3.976.195,68 (Três milhões e novecentos e setenta e seis mil e cento e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos)**, para o total de 11 (onze) transposições a preço unitário de R\$ 361.472,33;
- d) Lote 04 – Superestrutura Transposição 18,00 x 4,50 m: **R\$ 4.937.598,91 (Quatro milhões e novecentos e trinta e sete mil e quinhentos e noventa e oito reais e noventa e um centavos)**, para o total de 11 (onze) transposições a preço unitário de R\$ 448.872,63;
- e) Lote 05 – Superestrutura Transposição 24,00 x 4,50 m: **R\$ 7.254.733,50 (Sete milhões e duzentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)**, para o total de 11 (onze) transposições a preço unitário de R\$ 659.521,23;
- f) Lote 06 – Infra e Mesoestrutura, Alas e Encontros: **R\$ 14.050.048,47 (Quatorze milhões e cinquenta mil e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos)**, para o total de 55 (cinquenta e cinco) cabeceiras biapoiadas a preço unitário de R\$ 255.455,43;

3.4. Critério de Julgamento: Menor Preço.
4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

- 4.1. Os serviços serão executados em municípios diversos inseridos na área de atuação da 8ª Superintendência Regional da CODEVASF, na Sede dos seguintes municípios:

8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL (SR) - MARANHÃO			
Listagem dos Municípios integrantes das Bacias Hidrográficas do Itapecuru, Mearim e Parnaíba			
ITENS	MUNICÍPIO	REGIÃO	DISTÂNCIA A CAPITAL (KM)
1	Açailândia	Oeste Maranhense	563 km
2	Afonso Cunha	Norte Maranhense	306 km
3	Água Doce do Maranhão	Leste Maranhense	439 km
4	Alcântara	Norte Maranhense	99 km
5	Aldeias Altas	Leste Maranhense	368 km
6	Altamira do Maranhão	Oeste Maranhense	334 km
7	Alto Alegre do Maranhão	Leste Maranhense	205 km
8	Alto Alegre do Pindaré	Oeste Maranhense	219 km
9	Alto Parnaíba	Sul Maranhense	1.046 km
10	Amapá do Maranhão	Norte Maranhense	295 km
11	Amarante do Maranhão	Oeste Maranhense	835 km
12	Anajatuba	Norte Maranhense	130 km


Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

13	Anapurus	Leste Maranhense	280 km
14	Apicum-Açu	Norte Maranhense	308 km
15	Araguanã	Oeste Maranhense	349 km
16	Araioses	Leste Maranhense	306 km
17	Arame	Centro Maranhense	476 km
18	Arari	Norte Maranhense	165 km
19	Axixá	Norte Maranhense	100 km
20	Bacabal *	Centro Maranhense	246 km
21	Bacabeira *	Centro Maranhense	58 km
22	Bacuri	Norte Maranhense	278 km
23	Bacurituba	Norte Maranhense	150 km
24	Balsas	Sul Maranhense	810 km
25	Barão de Grajaú	Leste Maranhense	679 km
26	Barra do Corda	Centro Maranhense	462 km
27	Barreirinhas	Norte Maranhense	256 km
28	Bela Vista do Maranhão	Norte Maranhense	247 km
29	Belágua	Norte Maranhense	281 km
30	Benedito Leite	Sul Maranhense	522 km
31	Bequimão	Norte Maranhense	86 km
32	Bernardo do Mearim	Centro Maranhense	304 km
33	Boa Vista do Gurupi	Norte Maranhense	299 km
34	Bom Jardim	Oeste Maranhense	275 km
35	Bom Jesus das Selvas	Oeste Maranhense	465 km
36	Bom Lugar	Centro Maranhense	280 km
37	Brejo	Leste Maranhense	313 km
38	Brejo de Areia	Oeste Maranhense	353 km
39	Buriti	Leste Maranhense	332 km
40	Buriti Bravo	Leste Maranhense	499 km
41	Buriticupu	Oeste Maranhense	395 km
42	Buritirana	Oeste Maranhense	694 km
43	Cachoeira Grande	Norte Maranhense	141 km
44	Cajapió	Norte Maranhense	68 km
45	Cajari	Norte Maranhense	200 km
46	Campestre do Maranhão	Leste Maranhense	708 km
47	Cândido Mendes	Oeste Maranhense	350 km
48	Cantanhede	Norte Maranhense	154 km
49	Capinzal do Norte *	Leste Maranhense	260 km
50	Carolina	Sul Maranhense	833 km
51	Carutapera	Oeste Maranhense	354 km
52	Caxias *	Leste Maranhense	360 km
53	Cedral	Norte Maranhense	232 km


Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

54	Central do Maranhão	Norte Maranhense	182 km
55	Centro do Guilherme	Oeste Maranhense	449 km
56	Centro Novo do Maranhão	Oeste Maranhense	208 km
57	Chapadinha	Norte Maranhense	248 km
58	Cidelândia	Leste Maranhense	642 km
59	Codó	Leste Maranhense	290 km
60	Coelho Neto	Leste Maranhense	385 km
61	Colinas	Leste Maranhense	437 km
62	Conceição do Lago-Açu	Norte Maranhense	365 km
63	Coroatá	Leste Maranhense	260 km
64	Cururupu	Norte Maranhense	230 km
65	Davinópolis	Leste Maranhense	659 km
66	Dom Pedro *	Centro Maranhense	324 km
67	Duque Bacelar	Leste Maranhense	343 km
68	Esperantinópolis	Centro Maranhense	350 km
69	Estreito	Sul Maranhense	745 km
70	Feira Nova do Maranhão	Sul Maranhense	804 km
71	Fernando Falcão *	Centro Maranhense	554 km
72	Formosa da Serra Negra *	Centro Maranhense	481 km
73	Fortaleza dos Nogueiras	Sul Maranhense	707 km
74	Fortuna	Centro Maranhense	420 km
75	Godofredo Viana	Oeste Maranhense	348 km
76	Gonçalves Dias	Centro Maranhense	340 km
77	Governador Archer	Centro Maranhense	315 km
78	Governador Edison Lobão	Sul Maranhense	661 km
79	Governador Eugênio Barros	Centro Maranhense	372 km
80	Governador Luiz Rocha	Centro Maranhense	427 km
81	Governador Newton Bello	Oeste Maranhense	280 km
82	Governador Nunes Freire	Norte Maranhense	233 km
83	Graça Aranha	Centro Maranhense	378 km
84	Grajaú	Centro Maranhense	580 km
85	Guimarães	Norte Maranhense	213 km
86	Icatu	Norte Maranhense	110 km
87	Igarapé do Meio	Norte Maranhense	162 km
88	Igarapé Grande	Centro Maranhense	365 km
89	Humberto de Campos	Norte Maranhense	180 km
90	Imperatriz	Leste Maranhense	631 km
91	Itaipava do Grajaú	Centro Maranhense	447 km
92	Itapecuru Mirim *	Norte Maranhense	108 km
93	Itinga do Maranhão	Oeste Maranhense	622 km
94	Jatobá	Leste Maranhense	422 km


Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

95	Jenipapo dos Vieiras	Centro Maranhense	505 km
96	João Lisboa	Oeste Maranhense	650 km
97	Joselândia	Centro Maranhense	337 km
98	Junco do Maranhão	Norte Maranhense	275 km
99	Lago da Pedra	Oeste Maranhense	312 km
100	Lago do Junco	Centro Maranhense	316 km
101	Lago dos Rodrigues	Centro Maranhense	320 km
102	Lago Verde	Centro Maranhense	294 km
103	Lagoa do Mato *	Leste Maranhense	560 km
104	Lagoa Grande do Maranhão	Oeste Maranhense	375 km
105	Lajeado Novo	Sul Maranhense	674 km
106	Lima Campos *	Centro Maranhense	258 km
107	Loreto *	Sul Maranhense	715 km
108	Luís Domingues	Norte Maranhense	364 km
109	Magalhães de Almeida	Leste Maranhense	409 km
110	Maracaçumé	Oeste Maranhense	245 km
111	Marajá do Sena	Oeste Maranhense	394 km
112	Maranhãozinho	Norte Maranhense	245 km
113	Mata Roma	Norte Maranhense	282 km
114	Matinha	Norte Maranhense	222 km
115	Matões *	Leste Maranhense	463 km
116	Matões do Norte *	Norte Maranhense	136 km
117	Milagres do Maranhão	Leste Maranhense	360 km
118	Mirador	Leste Maranhense	485 km
119	Miranda do Norte *	Norte Maranhense	124 km
120	Mirinzal	Norte Maranhense	198 km
121	Monção	Norte Maranhense	244 km
122	Montes Altos	Oeste Maranhense	640 km
123	Morros	Norte Maranhense	100 km
124	Nina Rodrigues	Norte Maranhense	183 km
125	Nova Colinas	Sul Maranhense	734 km
126	Nova Iorque	Leste Maranhense	496 km
127	Nova Olinda do Maranhão	Centro Maranhense	365 km
128	Olho d'Água das Cunhãs	Centro Maranhense	287 km
129	Olinda Nova do Maranhão	Norte Maranhense	250 km
130	Paço do Lumiar	Norte Maranhense	16,5 km
131	Palmeirândia	Norte Maranhense	115 km
132	Paraibano	Leste Maranhense	502 km
133	Parnarama *	Leste Maranhense	488 km
134	Passagem Franca *	Leste Maranhense	409 km
135	Pastos Bons *	Leste Maranhense	550 km


Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

136	Paulino Neves	Norte Maranhense	291 Km
137	Paulo Ramos	Oeste Maranhense	347 km
138	Pedreiras	Centro Maranhense	245 km
139	Pedro do Rosário	Norte Maranhense	341 km
140	Penalva	Norte Maranhense	255 km
141	Peri Mirim	Norte Maranhense	105 km
142	Peritoró *	Leste Maranhense	236 km
143	Pindaré-Mirim	Oeste Maranhense	255 km
144	Pinheiro	Norte Maranhense	123 km
145	Pio XII	Centro Maranhense	270 km
146	Pirapemas	Norte Maranhense	180 km
147	Poção de Pedras	Norte Maranhense	350 km
148	Porto Franco	Centro Maranhense	731 km
149	Porto Rico do Maranhão	Norte Maranhense	238 km
150	Presidente Dutra	Centro Maranhense	347 km
151	Presidente Juscelino	Norte Maranhense	94 km
152	Presidente Médici	Norte Maranhense	262 km
153	Presidente Sarney	Norte Maranhense	159 km
154	Presidente Vargas	Norte Maranhense	165 km
155	Primeira Cruz	Oeste Maranhense	199 km
156	Raposa	Norte Maranhense	21,5 km
157	Riachão	Sul Maranhense	920 km
158	Ribamar Fiquene	Centro Maranhense	692 km
159	Rosário	Norte Maranhense	75 km
160	Sambaíba *	Sul Maranhense	746 km
161	Santa Filomena do Maranhão	Centro Maranhense	345 km
162	Santa Helena	Norte Maranhense	165 km
163	Santa Inês	Oeste Maranhense	250 km
164	Santa Luzia	Oeste Maranhense	294 km
165	Santa Luzia do Paruá	Oeste Maranhense	281 km
166	Santa Quitéria do Maranhão	Leste Maranhense	350 km
167	Santa Rita *	Norte Maranhense	81 km
168	Santana do Maranhão	Leste Maranhense	404 km
169	Santo Amaro do Maranhão	Norte Maranhense	242 km
170	Santo Antônio dos Lopes *	Centro Maranhense	310 km
171	São Benedito do Rio Preto	Centro Maranhense	246 km
172	São Bento	Norte Maranhense	134 km
173	São Bernardo	Leste Maranhense	375 km
174	São Domingos do Azeitão *	Sul Maranhense	634 km
175	São Domingos do Maranhão	Centro Maranhense	380 km
176	São Félix de Balsas *	Sul Maranhense	716 km


Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

177	São Francisco do Brejão	Oeste Maranhense	447 km
178	São Francisco do Maranhão *	Leste Maranhense	604 km
179	São João Batista	Norte Maranhense	280 km
180	São João do Carú	Oeste Maranhense	360 km
181	São João do Paraíso	Sul Maranhense	772 km
182	São João do Soter	Leste Maranhense	43 km
183	São João dos Patos *	Leste Maranhense	540 km
184	São José de Ribamar	Norte Maranhense	29 km
185	São José dos Basílios	Centro Maranhense	335 km
186	São Luís	Norte Maranhense	0 km
187	São Luís Gonzaga do Maranhão *	Centro Maranhense	209 km
188	São Mateus do Maranhão *	Centro Maranhense	180 km
189	São Pedro da Água Branca	Leste Maranhense	700 km
190	São Pedro dos Crentes	Sul Maranhense	795 km
191	São Raimundo das Mangabeiras *	Sul Maranhense	725 km
192	São Raimundo do Doca Bezerra	Centro Maranhense	379 km
193	São Roberto	Centro Maranhense	287 km
194	São Vicente Ferrer	Norte Maranhense	275 km
195	Satubinha	Centro Maranhense	280 km
196	Senador Alexandre Costa	Centro Maranhense	421 km
197	Senador La Rocque	Oeste Maranhense	650 km
198	Serrano do Maranhão	Norte Maranhense	261 km
199	Sítio Novo	Centro Maranhense	631 km
200	Sucupira do Norte	Leste Maranhense	503 km
201	Sucupira do Riachão	Leste Maranhense	540 km
202	Tasso Fragoso	Sul Maranhense	941 km
203	Timbiras	Leste Maranhense	316 km
204	Timon *	Leste Maranhense	450 km
205	Trizidela do Vale	Centro Maranhense	282 km
206	Tufilândia	Oeste Maranhense	283 km
207	Tuntum *	Centro Maranhense	365 km
208	Turialvo	Oeste Maranhense	254 km
209	Turilândia	Oeste Maranhense	183 km
210	Tutóia	Norte Maranhense	463 km
211	Urbano Santos	Oeste Maranhense	269 km
212	Vargem Grande	Norte Maranhense	172 km
213	Viana	Norte Maranhense	217 km
214	Vila Nova dos Martírios	Leste Maranhense	661 km
215	Vitorino do Mearim	Norte Maranhense	178 km
216	Vitorino Freire	Oeste Maranhense	300 km
217	Zé Doca	Oeste Maranhense	302 km



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os serviços de engenharia objeto desta licitação encontram-se descritos e caracterizados no Projeto Básico, Desenhos e Especificações Técnicas e quantificados na Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência, que integram este Termo de Referência (**Anexo IV e Anexo VI**).

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo pertinente com o objeto desta licitação, individuais ou em forma de consócio, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.2. CONSÓRCIO

- 6.2.1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

- 6.3.1. A contratada poderá subcontratar empresas, sem prejuízo das sanções legais, no percentual máximo de 30,00%. Não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão-somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares e que, por não dizerem respeito às atividades fim da CONTRATADA, não são, muitas das vezes, objeto de execução diretamente pelas mesmas, tal como obtenção de dados complementares como levantamento, estudos e ensaios de laboratório, elaboração projeto executivo civil, eletromecânico e de travessias, fornecimentos de materiais, serviços destinados à obtenção de dados complementares, serviços de montagem mecânica, elétrica, detalhamentos construtivos, estudos laboratoriais e pré-operação pertencentes ao objeto desta licitação, escavações por processos não destrutivos, escavação de rocha a fogo.

6.4. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

- 6.4.1. A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO será obrigatória**, porém, recomenda-se aos licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pelo licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- 6.4.2. É de inteira responsabilidade do licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 6.4.3. Os custos de visita aos locais dos serviços de engenharia correrão por exclusiva conta do licitante.
- 6.4.4. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executados os serviços de engenharia, as licitantes deverão contatar com a Gerência de Infraestrutura Regional da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, em São Luís, no estado do Maranhão.



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

6.4.5.A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – **Anexo II** deste TR), através dos seus prepostos.

7. PROPOSTA

7.1. A Proposta de Preço, **por Lote**, deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.

7.2. A Proposta constitui-se dos seguintes documentos:

- a) Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo VI, que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela Codevasf, nos quais incidirá linearmente o percentual de desconto ofertado pelo licitante, conforme inciso II, § 4º do art. 54 da Lei nº 13.303/16, de 30/06/2016.
- b) Junto com a proposta, a Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante deverá ser apresentada em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma.
- c) A Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante deverá ser preenchida e assinada por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966.
- d) Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço num mesmo lote, no entanto, poderão ser oferecidos preços diferentes em lotes distintos.
- e) O licitante de melhor proposta classificada deverá preencher os formulários de composição de preços unitários, em formulário próprio, ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.
 - A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
 - O licitante deverá apresentar a planilha de composição de preços unitários em conformidade com a Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante;
 - O licitante deverá, na composição de preços unitários de mão-de-obra, observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;
 - No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das planilhas, devendo estar devidamente assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966;
 - As composições de custos unitários poderão ser verificadas quanto à adequação ao projeto, cabendo à comissão solicitar a compatibilidade da composição de custo unitário ao projeto.
- f) Detalhamento dos Encargos Sociais (Quadro PO-XIV) – Anexo III
 - Encargos Sociais distintos para mensalistas e outro para horista.
- g) Detalhamento do BDI (Quadros PO-XV) – Anexo III.



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- Um quadro para o fornecimento de materiais e equipamentos (Quadro PO-XVb) e outro para os serviços (Quadro PO-XVa), sob pena de desclassificação da proposta;
 - No preenchimento dos Quadros – Detalhamento do BDI, o licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos, conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda da obra;
 - Deverá ser considerado no BDI, o ISS do município onde será executada a obra. No caso de serviços que abrangem municípios distintos, para definição do ISS médio, deverá ser calculado com base na legislação de cada município e verificação de seu respectivo peso no volume dos serviços;
 - Não poderão ser considerados no Detalhamento do BDI, bem como na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;
 - No detalhamento do BDI – Quadros PO-XV, não deverá constar do item “Despesas Financeiras” a previsão de despesas relativas aos dissídios;
 - Os custos referentes aos serviços de Administração Local e Manutenção do Canteiro (AM) não poderão ser considerados como despesas indiretas e, portanto, não deverão constar do BDI. O licitante deverá apresentar um montante global específico para os serviços de “AM” na Planilha de Custos do Valor da Proposta, onde deverão estar contemplados os itens transporte de pessoal, mão-de-obra, ferramentas, medicina e segurança do trabalho, seguros, alimentação do pessoal, veículos e equipamentos, outros materiais diversos, controle tecnológico, comunicação e energia, etc., devendo observar os quantitativos mínimos necessários ao atendimento do escopo do Termo de Referência.
- h) Cronograma Físico-Financeiro dos itens da Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante, obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme estabelecido neste TR.
- 7.3. A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços e fornecimentos descritos na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, transporte até o local da obra, carga, transporte e descarga de materiais destinados ao bota-fora. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- 7.4. Os custos máximos da mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos e da instalação do canteiro de apoio das obras e/ou serviços de engenharia, bem como da construção de instalações permanentes e/ou provisórias, **por lote**, serão aqueles constantes da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo VI, e que integram o presente Termo de Referência.
- 7.5. O licitante deverá prever todos os acessos necessários para permitir a chegada dos equipamentos e materiais no local de execução das obras e/ou serviços de engenharia, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os eventuais custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da CONTRATADA.
- 7.6. O licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras e/ou serviços de engenharia, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.1.O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência;
- DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (conforme subitem 6.4.5 e **Anexo II**) informando que tem conhecimento do local onde serão executadas as obras e/ou serviços de engenharia, emitida pelo próprio licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.
- Atestado(s) de capacidade técnica que comprove que o licitante tenha executado serviços de construção de pontes com cabeceiras modulares do tipo protendidas em blocos de concreto e transposição modulares mistas, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, com os seguintes quantitativos mínimos, por lote:

LOTE 01 – Superestrutura Transposição 10,00 x 4,50 m:		
ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
1.0	Execução da superestrutura: Fornecimento e instalação em estrutura em aço ASTM A36 Corte e Solda.	4.294,40 kg
2.0	Execução da superestrutura: montagem de estrutura	11 und

LOTE 02 – Superestrutura Transposição 12,00 x 4,50 m:		
ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
1.0	Execução da superestrutura: Fornecimento e instalação em estrutura em aço ASTM A36 Corte e Solda.	5.797,55 kg
2.0	Execução da superestrutura: montagem de estrutura	12 und

LOTE 03 – Superestrutura Transposição 15,00 x 4,50 m:		
ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
1.0	Execução da superestrutura: Fornecimento e instalação em estrutura em aço ASTM A36 Corte e Solda.	8.601,86 kg
2.0	Execução da superestrutura: montagem de estrutura	16 und
3.0	Protensão Externa não Aderente em Perfis Metálicos	5 und

LOTE 04 – Superestrutura Transposição 18,00 x 4,50 m:		
ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
1.0	Execução da superestrutura: Fornecimento e instalação em estrutura em aço ASTM A36 Corte e Solda.	11.424,27 kg
2.0	Execução da superestrutura: montagem de estrutura	20 und
3.0	Protensão Externa não Aderente em Perfis Metálicos	5 und

LOTE 05 – Superestrutura Transposição 24,00 x 4,50 m:		
ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
1.0	Execução da superestrutura: Fornecimento e instalação em estrutura em aço ASTM A36 Corte e Solda.	18401,85 kg
2.0	Execução da superestrutura: montagem de estrutura	26 und
3.0	Protensão Externa não Aderente em Perfis Metálicos	5 und


Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

LOTE 06 – Infra e Mesoestrutura, Alas e Encontros:		
ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
1.0	Execução da infraestrutura: estaca pré-moldada seção 17x17 - fornecimento e cravação	1000 m
2.0	Execução da infraestrutura: estaca trilho TR-68 com emenda - fornecimento e cravação	1000 m
3.0	Tirantes de protensão em barras de aço 19mm - limite de escoamento 70,30 kgf/mm ²	1500,00 m

- c1) É permitido o somatório dos quantitativos estipulados na alínea “c”, mediante comprovação em mais de um atestado;
- c2) Definem-se como obras e/ou serviços de engenharia similares: serviços com métodos construtivos afins aos de Construção de Pontes Mistas.
- c3) Definem-se como obras e/ou serviços de engenharia de porte e complexidade similares àquelas que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas no Projeto Básico – Anexo VI, parte integrante deste Termo de Referência;
- c4) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnica sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução.
- c5) No caso de atestados decorrentes de obras e/ou serviços de engenharia executadas em consórcio serão considerados, para efeito de qualificação, os quantitativos nos percentuais de participação de cada consorciado. No caso de atestados decorrentes de obras e/ou serviços de engenharia executadas em consórcio no qual há discriminação expressa de execução de partes distintas de obras e/ou serviços de engenharia por cada consorciada, será considerada a parcela executada por cada uma das empresas consorciadas;
- c5.1) Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada à certidão/atestado, cópia do instrumento de constituição do consórcio.
- c6) Caso o licitante participe de mais de um lote não será necessário a repetição da apresentação do mesmo atestado por lote, devendo o licitante apenas fazer referência para quais lotes destinar-se-ão os atestados apresentados.

Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço relativo à serviços de construção de pontes com cabeceiras modulares do tipo protendidas em blocos de concreto e transposição modulares mistas.

- d1) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
- O empregado;
 - O sócio;
 - O detentor de contrato de prestação de serviço.
- d2) O licitante deverá comprovar, através da juntada de:



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- Cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, a condição de que o mesmo pertence ao quadro do licitante;
 - Cópia do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional;
 - Cópia de contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum; ou
 - Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- d3) Quando se tratar de dirigente ou sócio do licitante tal comprovação será através do ato constitutivo do mesmo;
- d4) No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

9. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. **As indicações para as despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços**, sob a gestão da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, serão definidas na etapa de formalização do contrato, conforme Art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

9.2. O valor estimado para a contratação dos insumos e os serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência, é de R\$ 34.905.384,56 (Trinta e quatro milhões e novecentos e cinco mil e trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), data-base de julho/2020, conforme detalhado abaixo:

LOTE 01: Superestrutura Transposição 10,00 x 4,50 m, no valor global de **R\$ 2.072.523,37 (Dois milhões e setenta e dois mil e quinhentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos).**

LOTE 02: Superestrutura Transposição 12,00 x 4,50 m, no valor global de **R\$ 2.614.284,63 (Dois milhões e seiscentos e quatorze mil e duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos).**

LOTE 03: Superestrutura Transposição 15,00 x 4,50 m, no valor global de **R\$ 3.976.195,68 (Três milhões e novecentos e setenta e seis mil e cento e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos).**

LOTE 04: Superestrutura Transposição 18,00 x 4,50 m, no valor global de **R\$ 4.937.598,91 (Quatro milhões e novecentos e trinta e sete mil e quinhentos e noventa e oito reais e noventa e um centavos).**

LOTE 05: Superestrutura Transposição 24,00 x 4,50 m, no valor global de **R\$ 7.254.733,50 (Sete milhões e duzentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos).**

LOTE 06: Infra e Mesoestrutura, Alas e Encontros, no valor global de **R\$ 14.050.048,47 (Quatorze milhões e cinquenta mil e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos).**

VALOR TOTAL: **R\$ 34.905.384,56 (Trinta e quatro milhões e novecentos e cinco mil e trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos),** data-base de julho/2020.

9.3. Estão inclusos no valor acima, o BDI, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e os preços de referência da Codevasf para os itens necessários à execução do objeto constam da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo VI, parte integrante deste Termo de Referência.

9.4. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no **Sistema de Preços, Custos e Índices da Caixa Econômica Federal (SINAPI)** na data-base de dezembro/2020 e no **Sistema**



Ministério de Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

de Custos Rodoviários do DNIT (SICRO), para o estado do Maranhão, na data-base de julho/2020, não desonerado, atendendo ao disposto na Lei nº 13.080, de 02/01/2015 (LDO 2015) e no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários elaborados pela Codevasf.

9.4.1. No orçamento de referência foram consideradas as seguintes taxas de BDI e Encargos Sociais:

BDI:		Serviços: 24,23 %		Fornecimento: 16,80 %
ENCARGOS SOCIAIS:		115,66 % Horista		73,48 % Mensalista
OUTROS:	ISS: 5,00%	PIS: 0,65 %	COFINS: 3,00 %	CPRB: 0 %

9.5. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

10.1. O prazo para vigência do SRP será de 12 (doze) meses.

10.2. O prazo de vigência dos contratos firmados a partir do presente SRP, será a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, com prazo de execução do objeto de até 12 (doze) meses, a depender do volume de serviço contratado, respeitando o prazo estabelecido para a execução do Módulo Mínimo (um item de cada Lote), conforme o prazo estimado no cronograma de execução "ANEXO VI" Planilha Orçamentária.

10.3. A expedição da "Ordem de Serviço" somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no "Diário Oficial da União" e entrega das "Garantias de Cumprimento do Contrato e Riscos de Engenharia", na Unidade de Finanças da Codevasf, e após emissão da Licença de Implantação – LI e da Autorização de Supressão Vegetal – ASV, quando for o caso.

11. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos das obras e/ou serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

11.1.1. A Codevasf somente pagará a CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.

11.1.2. Somente serão pagos os materiais e equipamentos instalados e assentados, mediante atesto pelo fiscal do contrato.

11.1.3. Nos preços apresentados pelo Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

11.2. O pagamento da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização será no valor apresentado na proposta do Licitante, respeitado o valor máximo estabelecido pelo Subitem 7.4 deste TR, da seguinte forma:

- a) Instalação do canteiro: devidamente instalado e de acordo com o cronograma físico-financeiro proposto;
- b) Mobilização: serão medidos e pagos proporcionalmente ao efetivamente realizado.
- c) Desmobilização: após a total desmobilização, comprovada pela Fiscalização.

11.3. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM) – será pago conforme o percentual de serviços executados (execução física) no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item, sendo que ao final da obra o item será pago 100%.

$$\%AM = \frac{\text{Valor da Medição Sem AM}}{\text{Valor do Contrato (incluso aditivo financeiro) Sem AM}}$$

11.3.1. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM) terá como unidade, na Planilha de Custos, a medida “global”, e será pago mensalmente o valor absoluto, com no máximo duas casas decimais, oriundo do produto entre o percentual da fórmula supracitada e o valor total da “AM”.

11.3.2. Caso haja atraso no cronograma, por motivos ocasionados pela Codevasf, será pago o valor total da Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) prevista no período da medição.

11.3.3. O aditivo financeiro da Administração Local/Manutenção do canteiro (area sobre a construção) (AM) não está atrelado à prorrogação de prazo contratual. Seu acréscimo decorre apenas em virtude de acréscimos financeiros realizados ao contrato, por meio de aditivos de valor. Além disso, a CONTRATADA deverá demonstrar efetivamente o acréscimo da estrutura de Administração Local/Manutenção do canteiro (area sobre a construção) (AM), disponibilizada para execução dos serviços.

11.4. O cronograma físico-financeiro apresentado pelo licitante deve atender as exigências deste TR e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da ordem de serviço, ou durante a execução do contrato, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência (Art. 81 da Lei nº 13.303/2016).

12. REAJUSTAMENTO

12.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados aplicando-se a seguinte fórmula (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = V_x \left[\frac{T_i - T_o}{T_o} \right]$$

Onde:

- R: valor do reajustamento
- V: valor a ser reajustado
- Ti: Refere-se à coluna 6 da FGV – INCC Nacional do Custo da Construção, cód. AO160868, correspondente ao mês de aniversário da proposta.
- To: Refere-se à coluna 6 da FGV – INCC Nacional do Custo da Construção, cód. AO160868, correspondente a data de apresentação da proposta.



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- 12.2. Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mês2} = \frac{I_{DB2}^{Mês2} \times I_{DB1}^{Mês1}}{100}$$

Sendo:

- $I_{DB1}^{Mês2}$ = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.
- $I_{DB2}^{Mês2}$ = Índice do mês de reajuste com a nova data base.
- $I_{DB1}^{Mês1}$ = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

13. FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 13.2. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 13.3. Participar da Reunião de Partida entre as partes envolvidas, Codevasf e CONTRATADA, onde serão definidos todos os detalhes do Plano de Trabalho e dar-se-á o “start up” da execução das obras e/ou serviços de engenharia e ou serviço de engenharia.
- 13.4. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, “in loco”, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 13.5. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 13.6. Checar se a CONTRATADA disponibilizou as instalações, equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 13.7. Acompanhar a elaboração do “as built” (como construído) ao longo da execução dos serviços.
- 13.8. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização contratada pela Codevasf, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 13.9. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 13.10. Informar ao titular da unidade orgânica demandante e ao gestor de contrato sobre o andamento dos serviços, por meio do Relatório de Acompanhamento Físico – RAF.
- 13.11. Efetuar os registros diários no Diário da Obra.



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- 13.12. Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da CONTRATADA, no total ou em parte, dos serviços nos quais forem detectados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 13.13. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações, substituições de materiais e equipamentos, solicitados pela CONTRATADA.
- 13.14. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra/serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.
- 13.15. Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 13.16. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 13.17. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição.
- 13.18. Encaminhar à Contratada cópia da Licença Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.
- 13.19. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 13.20. Receber, analisar, emitir parecer e encaminhar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 13.21. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 13.22. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 13.23. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.
- 13.24. Receber as etapas de obra/serviços ou fornecimentos mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 13.25. Informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 13.26. Acompanhar e cobrar da CONTRATADA a execução de planos ou programas ambientais, quando houver, bem como o cumprimento das condicionantes da licença



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

ambiental, também quando houver, tomando providências para minimizar impactos de acidentes ambientais.

- 13.27. Realizar vistorias na obra e/ou serviços e verificar sua conformidade com as normas aplicáveis e com as orientações técnicas, indicações de segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.
- 13.28. Acompanhar a execução da obra e/ou serviços, verificando a correta utilização quantitativa e qualitativa dos materiais e equipamentos empregados, com a finalidade de zelar pela manutenção da qualidade adequada.
- 13.29. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 13.30. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 13.31. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 14.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá executar todos os serviços descritos no item 5 deste TR, conforme o projeto básico e as especificações técnicas estabelecidas pela CODEVASF.
- 14.2. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
- 14.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo, para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 14.4. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 90 (noventa) dias da data de sua designação.
- 14.5. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 14.6. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.
- 14.7. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.
- 14.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

14.9. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.

14.10. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
- b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
- c) Liberação da Caução Contratual.

14.11. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

15. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

15.1. A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. A Contratada deverá executar a obra e/ou do serviços em conformidade com a Licença Ambiental que será disponibilizado para a CONTRATADA pela Codevasf, cabendo a CONTRATADA a renovação da mesma.

16.2. A CONTRATADA deverá atender às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

16.3. O Decreto nº 7.746, em seu Art. 2º, estabelece que na contratação de serviços e obras e/ou serviços de engenharia, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no referido decreto.

16.4. O Decreto nº 7.746, em seu Art. 4º, considera como critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra e/ou do serviços;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- g) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras e/ou serviços de engenharia; e
- h) Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

16.5. Na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:

- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras e/ou serviços de engenharia e serviços de engenharia públicas.
- b) Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras e/ou serviços de engenharia e serviços contratados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.
- c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
 - c1) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- d) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - V) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - VI) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- e) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- f) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- g) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- h) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

16.6. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
 - b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”

16.7. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
- b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.
- 16.8. Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - c) Que os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
 - d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 16.9. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:
- 17.1.1. Identificação da área para construção de canteiro de obra e “layout” das instalações e edificações previstas, bem como área para implantação do laboratório de ensaios de campo, quando for o caso.
 - 17.1.2. Plano de trabalho detalhado para os serviços propostos e respectivas metodologias de execução, devendo ser complementado com desenhos, croquis ou gráficos elucidativos das fases de implantação, respeitando os prazos parcial e final para execução das obras e/ou serviços de engenharia. Na formulação do plano de trabalho proposto a CONTRATADA deverá considerar, necessariamente, as diretrizes, recomendações e exigências previstas no Plano de Controle Ambiental da Obra e outros Planos Ambientais decorrentes e o esquema organizacional da CONTRATADA para a obra e/ou serviços.
 - a) Com base no pleno conhecimento das condições locais a CONTRATADA deverá apresentar declaração de procedência dos materiais a serem utilizados, tais como: areia, brita, pedra, indicando, quando não especificado no projeto básico, sua localização e distância de transporte posto obra e/ou serviços, inclusive quanto ao fornecimento de água para manutenção do canteiro.
 - 17.1.3. Planejamento em meio eletrônico, no formato MS Project ou software similar, demonstrando todas as etapas previstas para a execução do objeto contratado;
 - 17.1.4. Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima.
 - 17.1.5. Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
 - a) A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Codevasf a regularidade jurídico/fiscal, trabalhista e técnica de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

destas quando relacionadas com o objeto do contrato, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo ou função gratificada na Codevasf.

- 17.1.6. As Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.
- 17.1.7. Autorização dos órgãos competentes para escavação/desmonte de rocha com uso de explosivos, plano de fogo assinado por Engenheiro de Minas com a respectiva ART, e projeto do paiol, quando for o caso.
- 17.1.8. Declaração, nota fiscal ou proposta do fabricante/distribuidor comprovando preços, com garantia de fornecimento, dos principais insumos.
- 17.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 17.3. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e/ou Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília/DF ou Superintendências Regionais.
- 17.4. Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 17.5. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços e fornecimentos.
- 17.6. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução das obras e/ou serviços de engenharia.
 - 17.6.1. Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.
- 17.7. Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução das obras e/ou serviços de engenharia dentro do prazo contratual.
- 17.8. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.
- 17.9. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do local de execução das obras e/ou serviços de engenharia.
- 17.10. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 17.11. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.

- 17.12. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a CONTRATADA deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual que trata sobre “CAUÇÃO”.
- 17.13. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 17.14. Caso a CONTRATADA seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.
- 17.15. A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 17.15.1. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.
- 17.16. Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 17.17. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 17.17.1. Obter junto à Prefeitura Municipal correspondente o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor.
- 17.18. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 17.19. A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 17.20. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 17.21. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

- 17.22. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução dos serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:
- 17.22.1. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
- 17.22.2. Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 17.23. Manter no local das obras e/ou serviços de engenharia uma pasta com todos os documentos previstos e necessários para execução do objeto (ART's, licenças ambientais, projeto básico, alvarás, etc).
- 17.23.1. Manter em local visível no canteiro (area sobre a construção) cópia da Licença Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.
- 17.24. Atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas à execução das obras e/ou serviços de engenharia.
- 17.24.1. Ao final dos serviços as instalações do canteiro deverão ser demolidas e as áreas devidamente recuperadas, conforme as recomendações básicas para proteção ambiental.
- 17.24.2. Realizar e executar o Plano de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas (PRAD) das áreas onde forem realizadas intervenções em função da obra e/ou dos serviços
- 17.24.3. Os serviços/fornecimentos contratados deverão ser executados em total conformidade com legislação ambiental vigente em todas as esferas e com o cumprimento dos atos administrativos ambientais inerentes ao empreendimento em questão, mediante observância dos termos e registros sistemáticos, como forma de comprovar a execução.
- 17.24.4. A empresa deverá emitir um relatório mensal específico acerca da regularidade ambiental do empreendimento, demonstrando a fiel observância das licenças e atos administrativos ambientais correlatos, bem como de toda a legislação ambiental vigente.
- 17.25. Manter no local da obra e/ou dos serviços durante todo o período de execução em regime permanente no mínimo 01 (um) técnico de segurança do trabalho, portador de comprovação de registro profissional expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e caso necessário disponibilizar outros profissionais, conforme disposto na NR4.
- 17.26. Instalar e manter no canteiro (area sobre a construção) 01 (uma) placa de identificação dos serviços, com as seguintes informações: nome da empresa (contratada), Responsável Técnico pela obra e/ou dos serviços com a respectiva ART, nº do Contrato e contratante (Codevasf), conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução CONFEA nº 198/1971.
- 17.26.1. A placa de identificação das obras e/ou serviços de engenharia deve ser no padrão definido pela Codevasf e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se na publicação Instruções para a Preparação de Placas de Obras Públicas, anexas aos TR, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe – Anexo V
- 17.27. Disponibilizar para a equipe da Fiscalização da Codevasf, com vistas ao atendimento das necessidades da obra e/ou dos serviço, os equipamentos para laboratório de controle



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

tecnológico de concreto e aterros, inclusive manutenção e pessoal de apoio para controle de qualidade dos materiais e serviços objetos deste Termo, os quais serão devolvidos à CONTRATADA ao final da execução das obras e/ou serviços de engenharia e serviços de engenharia.

- 17.28. Todas as despesas para a realização dos serviços de controle tecnológico e medições, tais como os equipamentos de topografia, dos laboratórios de controle tecnológico de geotecnia e concreto, inclusive manutenção e pessoal de apoio e execução, deverão estar contempladas na proposta no preço estabelecido para a instalação e manutenção do canteiro (area sobre a construção), sendo que ao final das obras e/ou serviços de engenharia todos equipamentos serão devolvidos à CONTRATADA.
- 17.29. Submeter à aprovação da fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nas obras e/ou serviços de engenharia e serviços de engenharia objeto do contrato, inclusive os traços dos concretos a serem utilizados.
- 17.30. Salvo disposições em contrário que constem do termo de contrato, os ensaios, testes, exames e provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto correrão por conta da CONTRATADA e, para garantir a qualidade da obra e ou serviço, deverão ser realizados em laboratórios aprovados pela fiscalização.
- 17.31. Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local das obras e/ou serviços de engenharia, inclusive dos barracões e instalações.
- 17.32. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da CONTRATADA.
- 17.33. **A CONTRATADA deverá manter um Preposto, aceito pela Codevasf, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado.**
- 17.34. Responsabilizar-se, desde o início dos serviços até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas do canteiro referentes a água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.
- 17.35. No momento da desmobilização, para liberação da última fatura, faz-se necessária a apresentação da certidão de quitação de débitos, referente às despesas com água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.
- 17.36. Manter no local das obras e/ou serviços de engenharia e serviços de engenharia um Diário de Ocorrências (Diário de Obras e/ou serviços de engenharia), no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc., como também, reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela CONTRATADA em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras e/ou serviços de engenharia e serviços de engenharia.
- 17.36.1. A CONTRATADA deverá comunicar à Fiscalização toda a mobilização de pessoal e equipamentos, quando da chegada à obra, a qual deverá ser devidamente anotada no Diário de Obras e/ou serviços de engenharia, para acompanhamento e controle da Codevasf.
- 17.37. O cronograma de implantação deverá ser atualizado antes do início efetivo das obras e/ou serviços de engenharia e serviços de engenharia, em função do planejamento previsto pela CONTRATADA e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.



Ministério de Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 18.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 18.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 18.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 18.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 18.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 18.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as obras e/ou serviços de engenharia e serviços contratados.
- 18.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

19. CONDIÇÕES GERAIS

- 19.1. O resultado do fornecimento e execução dos serviços objeto do certame licitatório, incluindo os desenhos originais, as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto das obras e/ou serviços de engenharia, serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 19.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

20. ANEXOS

São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I: Justificativas;
- Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços;
- Anexo III: Detalhamento dos Encargos Sociais e do BDI;
 - Detalhamento dos Encargos Sociais (PO-XIV) – Horista e Mensalista;
 - Detalhamento do BDI – (PO-XVa) – Serviços;
 - Detalhamento do BDI – (PO-XVb) – Fornecimentos;
- Anexo IV: Projeto Básico / Normas, Especificações Técnicas, Desenhos e memoriais;
- Anexo V: Manual de Uso da Marca do Governo;
- Anexo VI: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência.